

Uma Análise Crítico-Epistemológica da Administração: Construção, Reconstrução e Desconstrução?

A Critical-Epistemological Analysis of Business Administration: Construction, Reconstruction and Deconstruction?

Tomás Sparano Martins^{a*}; Daniela Torres da Rocha^b; June Alisson Westarb Cruz^b

^aDoutorando em Administração – Pontifícia Universidade Católica do Paraná

^bPontifícia Universidade Católica do Paraná

*E-mail: tomas.sparano@gmail.com

Resumo

Este trabalho busca responder se a Administração é uma ciência. Para tanto, fez-se uma argumentação teórica com base em Popper, Kuhn, Lakatos e Feyerabend. Foi realizado um estudo empírico para categorizar e analisar o uso dessas concepções na pesquisa acadêmica brasileira. Foram analisados 196 trabalhos, publicados no período de 2001 a 2006 no Enanpad na área de Teoria Organizacional. Os resultados mostraram que há uma tentativa de construção teórica própria da Administração. Todavia, não se pode dizer que há uma teoria própria do conhecimento administrativo no sentido paradigmático de Kuhn ou do núcleo rígido de Lakatos.

Palavras-chave: Epistemologia. Teoria Organizacional. Administração.

Abstract

This work seeks to answer if business administration is a science. As such, a theoretical argument was based on Popper, Kuhn, Lakatos and Feyerabend. An empirical study was performed to categorize and analyze the use of these concepts in the Brazilian academic research. We analyzed 196 studies, published from 2001 to 2006 in the Enanpad in the field of Organizational Theory. The results showed that there is an attempt of a theoretical construct for Business Administration. However, we can not say that there is a theory in itself for the administrative knowledge in terms of Kuhn's paradigm or Lakatos's hard core.

Keywords: Epistemology. Organizational Theory. Administration.

1 Introdução

A sociedade vive uma nova concepção política, ideológica e tecnológica, visto que a revolução racionalista, sustentada pela democracia, pelo capitalismo e pela ciência deflagrou mudanças radicais na civilização. Neste contexto, a ciência surge como a forma legítima de construção do conhecimento humano. Por outro lado, o campo científico tem enfrentado contradições epistemológicas no qual os debates se voltam para a validade dos métodos de construção de conhecimento (WHITLEY, 1985).

O objetivo principal do presente trabalho é verificar se Administração é ciência ou não e se é atual e importante. Para chegar neste objetivo uma argumentação teórica sobre o conceito de ciência é feita com base nas teorias de Karl Popper, Thomas Kuhn, Imre Lakatos e Paul Feyerabend. A partir desta argumentação são identificados os principais pré-requisitos lógicos à definição de ciência, ou seja, possuir objeto específico de estudo; analisar o objeto de maneira peculiar; levantar hipóteses válidas; estudar os fenômenos com rigor analítico; e possuir métodos de estudo e teoria própria.

A produção científica em Administração, de maneira geral, apresenta todos os pré-requisitos mencionados acima, com a exceção da teoria própria. A administração compreende perspectivas de análise herdadas de disciplinas diversas, tais como

psicologia, sociologia e economia (BUNGE apud MARTINS 1996). Assim, sob esta unidade de análise, surge a dúvida se Administração é ciência ou não. Nesse sentido, o presente trabalho procurou averiguar, primeiramente, se há uma teoria própria em Administração. A natureza desta averiguação remete à área da Administração conhecida como Teoria Organizacional. Sob esta ótica, uma revisão sobre concepções de conhecimento organizacional é realizada. A partir desta revisão teórica, um estudo empírico foi realizado para categorizar e analisar o uso dessas concepções na pesquisa acadêmica brasileira.

Com base neste *framework* (justaposição teórica do conceito de ciência e conhecimento organizacional e os resultados da pesquisa empírica realizada), uma resposta à pergunta motivadora do estudo (Administração é ciência?) é dada na conclusão.

2 Referencial Teórico

Na presente seção, apresenta-se o referencial teórico disposto nos seguintes itens: Ciência (Objeções à visão comum da ciência, Popper e o falseacionismo, Limitações do falseacionismo, Thomas Kuhn e o paradigma, Lakatos e os programas de pesquisa, Feyerabend e a teoria anarquista) e Conhecimento Organizacional.

2.1 Ciência

Segundo Kneller (1980) ciência pode ser definida como conhecimento da natureza e a exploração desse conhecimento. No entanto, uma exploração envolve uma série de coisas, entre as quais, história, método e comunidade de pesquisadores.

O conhecimento fornecido pela ciência distingue-se pelo grau de certeza, desfrutando assim de posição privilegiada com relação aos demais tipos de conhecimento (o do senso comum, por exemplo). Teorias, métodos e técnicas contam com aprovação geral quando considerados científicos. Assume-se, implícita ou explicitamente, que por detrás desses resultados de sucesso existe um “método” especial, uma “receita” que, quando seguida, redunde em conhecimento certo, seguro. A questão do método científico tem constituído uma das principais preocupações dos filósofos no século XVII, quando a ciência ingressou na nova era e, em torno dela e de outras questões correlacionadas, se formou um ramo especial da filosofia, a filosofia da ciência (ALVES, 1991).

Francis Bacon conduziu investigações pioneiras sobre o método científico. De forma simplificada, a visão de Bacon da atividade científica e da natureza da ciência (ciência comum) tem algumas ideias centrais, como: a) a ciência começa por observações; b) as observações são neutras; c) a indução é o método utilizado (CHIBENI, 2008).

Durante a primeira metade do século XX, vários filósofos se esforçaram em aperfeiçoar os pressupostos desta ciência comum por meio de um sofisticado programa filosófico, conhecido como positivismo lógico. Esse movimento, cujo núcleo original formou-se do Círculo de Viena exerceu influência marcante sobre a comunidade científica, não obstante as críticas severas que sofreram na década de 1930 (CHALMERS, 1993). Estes cientistas desenvolveram uma lógica formal para as ideias positivistas de Comte. Desde o princípio da construção do movimento positivista lógico, os filósofos desta escola, influenciados predominantemente por autores ligados ao empirismo tradicional, sempre tiveram como objetivo principal descrever um método verdadeiramente científico, o qual deveria ser aplicado em todas as disciplinas que almejassem o status de ciência. Em outras palavras, desejava-se separação clara entre o conhecimento científico e a matéria puramente especulativa.

De certo modo, os membros do Círculo de Viena acreditavam que tinham encontrado a verdadeira tarefa da filosofia da ciência, cabendo a esta o papel da demarcação científica. Assim, ao considerar as hipóteses teóricas, o importante era que estas fossem proposições bastante claras e não ambíguas reduzidas a afirmações de fenômenos que poderiam ser observáveis. Para os positivistas lógicos não havia espaço para proposições metafísicas, sendo estas consideradas demasiado confusas e não passíveis de testes empíricos (KNELLER, 1980).

2.1.1 Objeções à visão comum da ciência

Chalmers (1993) argumenta que para se analisar os problemas que a visão comum de ciência apresenta, deve-se examinar a questão da justificação da indução. Indução é o processo de passar de afirmações particulares sobre o mundo para afirmações universais ou generalizações. Dedução é o processo inverso, por nós conhecido como lógica formal. Nesta lógica explicativa, o processo dedutivo não apresenta maiores problemas: pode-se assumir que se a verdade de uma proposição estiver assegurada, também estará a de todas as proposições que dela decorrerem dedutivamente, pelo uso das leis da lógica. Tais leis, no entanto, não asseguram a validade do processo indutivo. Eliminada a possibilidade de justificação lógica, resta unicamente a justificação empírica.

No entanto, Locke e Hume apontaram que a justificação empírica da indução envolve dificuldades insuperáveis. Essa constatação veio a exercer enorme influência na filosofia, estimulando, por um lado, a retomada de doutrinas racionalistas (Kant) e, por outro, a reformulação dos objetivos empiristas. Esses objetivos levaram a novas condições do uso da indução: o número de observações de dado fenômeno deve ser grande; variação das condições em que o fenômeno se produz; e, não existência de nenhuma contra-evidência (CHALMERS, 1993).

Embora pareçam razoáveis, um pouco de reflexão e inspeção cuidadosa da história da ciência revelam que tais condições não são nem suficientes para garantir as inferências indutivas, nem necessárias ao estabelecimento de nossas melhores teorias científicas. Dada uma proposição geral qualquer, não importa o número e a variação das observações que lhe forneceram suporte indutivo, é sempre possível que a próxima observação venha a contrariar as anteriores, falseando a proposição geral (POPPER, 1975).

2.2 Popper e o falseacionismo

A contribuição principal de Popper consiste no surgimento do falseacionismo, que o autor considera que tenha apresentado uma solução para os problemas da indução, que vinha desde os tempos de Hume.

Popper rejeita as formulações tradicionais do princípio da indução alegando que não há meio de embasar afirmações universais, que possam ser sustentadas logicamente (ARAUJO, 1993). O autor, afirma que as observações passadas poderão não ser seguramente reproduzidas no futuro, que é a base da abordagem indutivista. Apenas um contra-exemplo empírico é necessário para derrubar a expectativa indutivista de que os fenômenos passados repetir-se-ão no futuro.

Desta forma, para resolver o problema da indução, Popper (1975) propõe como alternativa o falseacionismo, afirmando que todas as hipóteses geradas pelos cientistas, por meio da indução ou da metafísica devem ser submetidas a testes de falsificação, ou seja, deve-se tentar falsear essas hipóteses. Ao ser falseada a hipótese, esta deve ser rejeitada. As hipóteses que, uma vez submetidas a testes de falsificação, se forem

resistindo a esses testes, vão ganhando força como prováveis teorias explicativas dos fenômenos observados. Todavia, isso não garante que uma teoria seja verdadeira, pois mesmo uma teoria testada várias vezes pode vir a ser falseada em novo teste com condições ainda não testadas. Popper defende, portanto, que todas as teorias são conjecturais, hipóteses ou suposições e devem ser expostas a testes para possíveis falsificações.

Nesta perspectiva, não é possível confirmar que nenhuma teoria é verdadeira. De acordo com Chalmers (1993) nunca se pode afirmar que uma teoria é verdadeira, por mais que ela tenha superado testes rigorosos, o que se pode dizer é que uma teoria corrente é superior as suas predecessoras, no sentido de que ela é capaz de superar os testes que falsificaram as predecessoras.

E ao discutir a preferência por uma ou outra teoria, que tratam do mesmo fenômeno, Popper (1975) considera que a melhor teoria é aquela que resiste por mais tempo aos testes de falsificação. A teoria que não for refutada deve ser melhor que a teoria que falhou em testes empíricos, afinal a não refutada tem chances de ser verdadeira, enquanto a teoria que falhou, com certeza é falsa.

Em síntese, para Popper (1975), as teorias atuais não são verdades absolutas, são apenas ainda não refutadas. A evolução da ciência é eterna e acontece quando uma teoria corroborada é superada por outra mais abrangente, que além de ser mais testável, ainda contempla a anterior.

2.2.1 Limitações do falseacionismo

Embora represente avanço em relação à concepção comum de ciência, o falseacionismo padece de várias limitações. Mesmo suas versões mais sofisticadas não estão isentas destas dificuldades. A dificuldade fundamental enfrentada pelo falseacionismo é o chamado “problema de Duhem-Quine” (KNELLER, 1980).

A teoria de Duhem-Quine argumenta que teorias reais ou de algum interesse nunca são proposições gerais isoladas, mas conjuntos de tais proposições, e não podem ser submetidas a testes empíricos, senão quando suplementadas por teorias e hipóteses auxiliares, proposições acerca das condições iniciais e de contorno, etc. Se então esse complexo de proposições permite inferir uma proposição que conflita com alguma proposição empírica, o máximo que a lógica nos informa é que o conjunto de proposições está refutado, caso se assuma a verdade da proposição empírica. Mas não possibilita responsabilizar por essa refutação uma das proposições do conjunto, nem mesmo o subconjunto delas que constitui a teoria particular que se procura testar (KNELLER, 1980).

2.3 Kuhn e o paradigma

Thomas Kuhn é um marco importante na construção contemporânea de ciência (KNELLER, 1980). Ao propor uma nova visão de ciência, Kuhn elabora críticas ao positivismo lógico à historiografia tradicional. Para ele a observação como antecedida por teorias e, portanto, não neutra (apontando para

a inseparabilidade entre observações e pressupostos teóricos), acredita que não há justificativa lógica para o método indutivo e reconhece o caráter construtivo, inventivo e não definitivo do conhecimento.

Em particular, para Kuhn (1991) a ciência segue o seguinte modelo de desenvolvimento: uma sequência de períodos de *ciência normal*, nos quais a comunidade de pesquisadores adere a um *paradigma*, interrompidos por *revoluções científicas* (ciência extraordinária). Os episódios extraordinários são marcados por anomalias / crises no paradigma dominante, culminando com sua ruptura. Paradigma é o conceito mais fundamental de sua teoria.

A crítica de Kuhn às teses de Popper focaliza a ambiguidade desse último quanto ao chamado processo de falseamento. Para Kuhn este processo não pode ser generalizado, pois se refere essencialmente à maneira como a ciência normal avança. Dentro de um paradigma existem critérios estabelecidos e aceitos, que permitem testar um enunciado teórico. Quando há uma revolução, a unanimidade sobre os critérios de teste acaba e as comparações tornam-se muito difíceis. No debate entre dois paradigmas, muitas vezes é difícil estabelecer qual dos dois tem maior adequação com os dados experimentais, que sempre podem ser questionados. Para Kuhn isso é essencial, ao passo que para Popper é um detalhe a ser resolvido pela comunidade.

Além disso, dificilmente o abandono de um paradigma em favor do outro será tranquilo. Consequentemente é sempre possível que um ou mais cientistas prefiram trabalhar no antigo paradigma, tentando melhorá-lo, do que investir suas energias no desenvolvimento do novo paradigma. Ou seja, a opção entre um paradigma e outro sempre envolve uma avaliação subjetiva (KUHN, 1991).

2.4 Lakatos e os programas de pesquisa

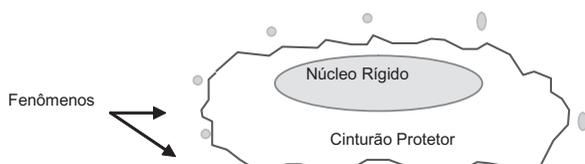
Lakatos (1979) desenvolveu o processo de evolução da ciência como tentativa de melhorar o falseacionismo popperiano e superar objeções a ele. O autor defende que se mantenha a racionalidade no processo de desenvolvimento da ciência, todavia introduz nova metodologia que é a de programas de pesquisa.

Por meio dessa metodologia, substitui-se o conceito de teoria isolada pelo de série de teorias, que pela sua similaridade conceitual, continuidade e regras metodológicas comuns, constituem-se em programas de pesquisa. De acordo com Lakatos (1979), essa continuidade desempenha papel fundamental na história da ciência, na medida em que os principais problemas da lógica popperiana da descoberta só podem ser satisfatoriamente discutidos na estrutura de uma metodologia de programas de pesquisa.

Segundo Chalmers (1993, p.76), “um programa de pesquisa lakatosiano é uma estrutura que fornece um guia para futuras pesquisas, tanto de maneira positiva, como negativa”. Ainda de acordo com o autor os programas de pesquisas de Lakatos (1979) são compostos de heurística negativa, que suporta

teorias amplamente aceitas por pesquisadores de um programa de investigação em particular. Esses programas, amparados por um núcleo rígido, são irredutíveis. Por decisão metodológica, o núcleo rígido é não-refutável, sendo que possíveis discrepâncias em termos de resultados empíricos são eliminadas pela modificação das hipóteses do chamado “cinturão protetor”. A heurística negativa pode ser considerada regra de tolerância que tem por finalidade dar chance para que os princípios fundamentais do núcleo apresentem sua potencialidade.

Na Figura 1, ilustra-se o cinturão protetor que tem por finalidade proteger, com seu núcleo rígido/irredutível, o programa de falseamento.



Fonte: Chibeni (2004)

Figura 1: Representação de um programa de pesquisa

De acordo com Lakatos (1979), quando um programa como todo é incapaz de dar conta de novos e importantes fatos, deve-se ceder lugar a outro programa. Essa é a variável que caracteriza o que o autor denomina heurística positiva de um programa. A heurística positiva consiste “em um conjunto parcialmente articulado de sugestões ou ideias de como mudar ou desenvolver as variantes refutáveis do programa de pesquisa, de como modificar, sofisticar o cinturão protetor refutável” (LAKATOS, 1979, p.64).

2.5 Feyerabend e a teoria anarquista

Feyerabend nega que exista um método científico objetivo, pois segundo ele todas as tentativas para caracterizar um método científico falharam. A ideia de um método científico repousa sobre uma visão muito ingênua da ciência, argumenta Feyerabend, e o único princípio que é sempre aplicado é o de que qualquer coisa funciona. A adoção desse princípio leva à proliferação de teorias, e à possibilidade de comparar umas com as outras. Dada a anarquia epistemológica que Feyerabend advoga, a ciência teria muito mais em comum com a arte do que geralmente se supõe. Sob essas condições, a ciência tornar-se-ia muito mais excitante e recompensadora, e não seria o assunto monótono descrito por muitos metodologistas (KNELLER, 1980).

2.6 Alguns pontos em comum

O que está claro é que não há uma visão de ciência que seja aceita universalmente. Abaixo uma tentativa de salientar alguns pontos em comum que Popper, Kuhn, Lakatos e Feyerabend, podem ter em seus pensamentos.

1. A observação depende da teoria, assim, é falível;
2. As teorias são estruturas complexas produzidas pela mente

humana. Elas têm existência objetiva independente das opiniões individuais, mas relacionada à atividade científica que a criou;

3. As teorias podem ser elaboradas e mantidas, mesmo com observações falsificadoras. Elas precisam de tempo para se desenvolver, antes de serem submetidas a testes rigorosos. Quando a observação e a teoria estão em conflito, os fundamentos teóricos podem ser protegidos pelo desvio da aparente falsificação para alguma estrutura teórica subsidiária daquela teoria; e
4. O método científico, da forma como é praticado pela comunidade científica, é o meio pelo qual obtemos conhecimento sobre o mundo físico.

2.7 Conhecimento organizacional: teoria organizacional, teoria da administração

Segundo Queiroz (2004) a gênese da disciplina Administração pode ser identificada nas diferentes interpretações epistemológicas que buscam conhecer e criticar seu objeto, a organização e suas relações. Para fundamentar essa posição, uma breve retrospectiva das diferentes abordagens que estão nas origens é feita.

Ainda segundo Queiroz (2004) há cinco perspectivas básicas: a arqueogenealogia do saber/poder foucaultiano; análise da degradação do trabalho de Braverman: uma abordagem marxista; uma weberiana e uma abordagem econômica.

Na perspectiva de Foucault, o homem é visto como objeto de poder e de saber. Já o conhecimento em administração, enquanto disciplina/campo de conhecimento, estaria associada à emergência de determinado espaço de produção de saber e de poder, ou seja, a fábrica, da mesma forma que a escola, o hospital, os manicômios e as prisões estariam conectados ao surgimento das disciplinas pedagógicas, médica e jurídica, respectivamente. Em síntese, baseado em Foucault, pode-se dizer que o nascimento do conhecimento organizacional ocorreu com o surgimento de um espaço delimitado – a fábrica, no qual se definiria a relação específica de produção de conhecimento. Com o foco na análise da degradação do trabalho no século XX, Braverman (apud QUEIROZ, 2004) estudou as origens da gerência científica, a partir do Taylorismo que seria apresentado como a concretização do nascimento da administração como disciplina. Então, de acordo com o autor, a gênese do conhecimento organizacional e, mais notadamente, a constituição da disciplina administração científica estariam diretamente relacionadas à evolução do sistema capitalista. Ao analisar a abordagem marxista do conhecimento organizacional, verificamos que ela está centrada na desconstrução do capitalismo, que é visto como sistema que promove e se sustenta na alienação e na exploração do trabalho. As análises de Marx tiveram influência decisiva na consolidação da sociologia do trabalho e, mais particularmente, da escola do processo do trabalho. Enfim, a abordagem marxista trouxe contribuições relevantes para a gênese do conhecimento organizacional, destacando-se no conjunto dessas contribuições os estudos sobre a origem da gerência científica e sobre o parcelamento das tarefas.

Outra contribuição clássica é a de Weber (1991) que procura explicar processo de burocratização do mundo contemporâneo.

Conhecimentos produzidos no campo da economia também influenciaram a gênese do conhecimento organizacional. Do clássico e neoclássico, Smith e Marshall. Smith enfatiza a relevância da divisão do trabalho, situando-a como a mola propulsora do aumento de produção, que seria limitado pela extensão do mercado. Desse modo, as vantagens da divisão do trabalho estariam associadas ao aprimoramento da destreza, à economia do tempo e à utilização da maquinaria. Marshall tratou de vários aspectos que constituiriam a gênese do conhecimento organizacional, por exemplo, que a eficiência aumentava com a organização. Além dessas contribuições destacam-se as teses sobre indústrias especializadas concentradas em certas localidades; os conceitos de economias de escala e de escopo; a discussão sobre a relevância da aprendizagem industrial; a análise sobre vantagens da grande empresa, ou de grupos de empresas associadas, sobre o papel da direção das empresas, a importância da capacidade gerencial, a crescente complexidade dos negócios e o conceito

de empresa representativa (QUEIROZ, 2004).

Outra abordagem que procura explicar a origem das organizações surge, mais recentemente, é nova economia institucionalista. Contraindo-se aos postulados neoclássicos, ela explica a origem e a natureza da firma como resultado da coordenação da atividade econômica mediada pelo mecanismo de preço. As empresas resultam da série de inovações organizacionais, realizadas com o objetivo de economizar em custos de transação. Os custos de transação são, por sua vez, determinados, também, pela existência de características comportamentais básicas dos atores envolvidos nas transações, como racionalidade limitada e oportunismo, e pela incerteza e complexidade que caracterizam o ambiente no qual as transações se efetivam (WILLIAMSON apud QUEIROZ, 2004).

O quadro abaixo resume a gênese do conhecimento organizacional vinda de diferentes abordagens epistemológicas, o que, segundo Queiroz (2004) assegurou o estatuto de conhecimento científico à produção dentro da disciplina administração. No entanto, houve uma divisão da disciplina administração em dois ramos: teoria organizacional e gerencialismo.

Quadro 1: Matriz da Gênese do Conhecimento Organizacional

Principais Autores	Categorias de Análise	Método	Contexto disciplinar
Weber	A sociedade capitalista	Compreensivo Construtivista	Sociologia
Marx	O capital e o modo de produção capitalista	Materialismo Histórico Desconstrutivista	Economia/sociologia
Braverman	O trabalho sob o capitalismo	Materialismo Histórico Desconstrutivista	Administração
Foucault	Espaços de produção de saber/poder	Estruturalismo (desconstrutivista e reconstrutivista)	Sociologia
Adam Smith	A renda, produção e trabalho	Positivismo Construtivista	Economia
Marshall	O mercado (procura, oferta e preço) e a firma	Positivismo Construtivista	Economia
Coase / Williamson	A transação A origem e a natureza da firma: os custos de transação	Individualismo/holismo Reconstrutivista	Economia

O desenvolvimento da disciplina administração, de seus ramos, teoria organizacional e estudos organizacionais, realizaram-se, dentro dos eixos metodológicos decorrentes das explicações positivistas e funcionalistas que, entre outros aspectos, enfatizam a racionalidade científica, o caráter irrefutável da ciência e a certeza metodológica. Essa perspectiva construcionista, apresentar-se-ia consolidada em meados da década de 70, a partir da síntese empreendida pela teoria contingencial estruturalista (CLEGG; HARDY, 1998).

Há um segundo eixo correspondente às teses desconstrucionistas que são representadas pelas seguintes vertentes: a marxista; as abordagens do não-mercado; e os pós-modernistas/pós-estruturalistas que postularam, a diversidade dos estudos organizacionais, o combate à ciência, à racionalidade e à certeza do método científico, além de

enfatarem a incomensurabilidade de paradigmas, argumento central defendido pelos mais radicais (PETERS, 2000).

Entre construcionistas e desconstrucionistas, esta tese defende a existência de um terceiro eixo, representado por autores e vertentes que não se encaixam plenamente em nenhum dos eixos anteriores. Assim, alguns desses autores estariam situados no plano epistemológico geral, além dos identificados por suas contribuições institucionalistas, na Sociologia e na Economia, que estão situados no eixo epistemológico/metodológico reconstrucionista e dão suporte à perspectiva de desenvolvimento e de consolidação da ciência organizacional.

Em suma, ser construcionistas, desconstrucionista ou reconstrucionista reflete um posicionamento epistemológico e metodológico quando a referência é a produção de

conhecimento científico. Assim, cada vertente de pensamento pode apresentar-se em um eixo preponderante em determinado momento.

O conceito de método construcionista, no presente estudo, está atrelado ao conceito kuhniiano de ciência normal. A ruptura revolucionária que levaria à emergência do novo paradigma seria fruto do avanço não-cumulativo do saber, contrariamente ao processo cumulativo construtivista, associado à evolução da ciência normal. Portanto, o surgimento de um novo paradigma não se daria de modo lento e gradual, mas repentinamente, desconstruindo o conhecimento anterior.

Na perspectiva de Marsden e Towlnley (1998), o conceito de desconstrução apresentar-se-ia como contribuição pós-modernista/pós-estruturalista. Lengler, Vieira e Fachin (2002) afirmam que o método desconstrucionista deve envolver a identificação de elementos textuais, respectiva construção de significados e sua desconstrução.

Por fim, vários autores têm usado a categoria epistemológica e metodológica reconstrucionista. Suas bases epistemológicas são encontradas em Lakatos, em Giddens e em autores filiados às novas concepções institucionalistas da Economia e da Sociologia. Reconstruir significa pesquisar e elaborar, sendo a pesquisa entendida tanto como procedimento de fabricação de conhecimento, como parte integrante de todo o processo reconstrutivo de conhecimento (QUEIROZ, 2004).

No contexto do conhecimento organizacional, Reed (1998) afirma que nem o conservadorismo da ciência normal e nem o relativismo da ciência revolucionária apresentaram respostas suficientes para o desenvolvimento da teoria. Assim, uma terceira via é proposta, buscando redescobrir as narrativas analíticas e os discursos éticos que moldaram o desenvolvimento e legitimaram a essência da teoria organizacional.

Quadro 2: Categorias epistemológicas e metodológicas de produção e desenvolvimento do campo do conhecimento organizacional

Categorias Epistemológicas e metodológicas	Vertentes Básicas	Principais Autores	Métodos e Técnicas	Contribuições teóricas no campo da teoria organizacional
Construção	Funcionalismo Positivismo Compreensivo Evolucionismo Institucionalismo Pensamento Clássico Síntese Neoclássica	Durkheim Comte Parsons Weber Darwin Spencer Schumpeter Smith Marshall	Modelos Taxinomias Tipologias Predição Seleção Natural Abstração Formalização Equilíbrio	Teoria Contingencial Teoria da burocracia Velhos Institucionalismos da Sociologia e da Economia Teoria do Mercado
Desconstrução	Estruturalismo Teoria crítica Fenomenologia Marxiana Pós-modernismo ou pós estruturalismo Teses do não mercado	Foucault Adorno Benjamin Horkheimer Marcuse Schutz Husserl Marx Nietzsche Feyrabend Loytard Deleuze Derrida Baudrillard Guattari Morin Boaventura dos Santos Polanyi Dalton e Kula	Análise discursiva Teoria crítica Materialismo Histórico Desconstrução como atitude crítica e política Incompatibilidade paradigmas Método etnográfico A economia de mercado, constituindo um dos enclaves sociais	Escola estruturalista Teoria crítica Construção social da realidade Simbolismo organizacional Escola do processo de trabalho Pós-modernismo das organizações Abordagens Antropológicas
+Reconstrução	Modernização Reflexiva Racionalidade Comunicativa Processo interativo Epistemológico no viés do Institucionalismo da Sociologia e da Economia;	Giddens Habermas Nelson e Winter Williamson Meyer e Rowan Hannan e Freeman Castels Coriat ; Boyer; Dupuy; Beccatini; Chandler	Metodologia Reflexiva Razão comunicativa Convivencialidade metodológica entre diferentes epistemologias; Contradições, relações e cruzamentos institucionalistas	Reflexividade institucional Racionalidade comunicativa Reconstruções de viés Institucionalista Ciência Organizacional

Fonte: Adaptado de Queiroz (2004)

3 Material e Métodos

3.1 Amostragem

Foi escolhido como unidade amostral cada artigo publicado em português na área de organizações (teoria das organizações) no Brasil nos anais do EnANPAD no período compreendido entre 2001 e 2006, período suficiente para avaliar tendências da produção científica estudada. Abaixo a descrição da amostra:

Tabela 1: Amostra – número de artigos do Enanpad 2001/2006 (Teoria das Organizações)

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Número de artigos pesquisados	34	36	31	35	30	30

3.2 Procedimentos metodológicos

A abordagem metodológica que inspira o presente estudo se aproxima da concepção fenomenológica. Segundo Giorgi (1985), a hermenêutica e o que a distingue a fenomenologia das outras tendências filosóficas é a busca do conhecimento por meio da interpretação.

Para consecução do exame dos trabalhos foram empregadas técnicas de coleta de dados e informações, análise documental e análise de conteúdo. A análise de conteúdo se processa por meio da categorização. Para Bardin (1997), as unidades de análise (ou unidades de registro) correspondem ao elemento básico de análise; consistem no segmento de conteúdo que visa à categorização. A natureza e as dimensões das unidades de análise variam bastante, podendo-se distinguir dois tipos fundamentais: a) as com base linguística, como a palavra ou a frase; e b) as com base semântica, como o tema, por exemplo.

As peculiaridades da análise temática fazem com que esta seja considerada mais adequada para o presente estudo. O tema é uma unidade de significação complexa, de comprimento variável, que compreende uma ou várias afirmações. Fazer uma análise temática consiste em descobrir os “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido.

Os núcleos de sentido são recortes que dependem dos objetivos do estudo, possuindo regras de definição menos rigorosas que as regras formais estabelecidas para as unidades linguísticas. Visando à consecução da análise proposta foram definidas as “categorias/eixos epistemológicos” com base no estudo de Queiroz (2004), conforme Quadro de Referência 2. O referido quadro possui três eixos: construção, desconstrução e reconstrução. Para a operacionalização do presente estudo foi adicionada uma quarta categoria, “sem definição”, que serviu para classificar trabalhos que não deixam claro seu eixo epistemológico ou que não possuem uma consistência/

coerência epistemológica.

Os trabalhos foram examinados na íntegra, com ênfase nos tópicos de mais interesse para a análise: resumo, introdução, aspectos metodológicos e conclusão.

4 Resultados e Discussão

A Tabela 2 indica a distribuição percentual dos trabalhos analisados entre as categorias epistemológicas propostas pelo trabalho. Como indica a tabela, de maneira geral, os trabalhos produzidos no lapso de tempo analisado podem ser classificados como predominantemente desconstrutivos ou reconstrutivos. Percebe-se, no decorrer dos anos, uma diminuição do uso da categoria construtivista e um aumento considerável de trabalhos sem classificação.

O abandono grande da categoria “construção” pode evidenciar o fato dos pesquisadores estarem abandonando uma ideia mais funcionalista da teoria em administração e, o conseqüente aumento da desconstrução e reconstrução, uma intenção por parte dos pesquisadores de busca mais reflexiva sobre epistemologia em administração.

Tabela 2: Distribuição percentual nas “categorias epistemológicas” da amostra de trabalhos produzidos no Enanpad no período de 2001 – 2006 (Teoria das Organizações)

Categorias Epistemológicas	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Construção	18%	8%	23%	17%	3%	7%
Desconstrução	35%	31%	35%	37%	33%	27%
Reconstrução	35%	36%	29%	29%	33%	37%
Sem classificação	12%	25%	13%	17%	30%	30%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Por outro lado, o aumento da categoria “sem classificação” ocorre talvez pelo falta de preocupação dos pesquisadores com a definição de conceitos e/ou uso indiscriminado de teorias sem coerência metodologia para suportar a pesquisa.

5 Conclusão

A partir da argumentação teórica e do pequeno trabalho empírico pode-se dizer que há tentativa de construção teórica própria da Administração. No entanto, não se pode dizer que há uma teoria do conhecimento administrativo no sentido paradigmático de Kuhn ou do núcleo rígido de Lakatos. Este fato é evidenciado pelo quadro de referência do presente estudo, pois suas categorias epistemológicas, que serviram de base para o estudo, foram construídas e baseadas em outras ciências, principalmente a Sociologia, Psicologia e Economia.

Em contra partida, na categoria “Reconstrução”, presente na maioria dos estudos dos últimos anos do Enanpad, há forte tentativa de concepção da nova ciência, a ciência organizacional, claro que aplicando o conhecimento de outras áreas de maneira peculiar ao objeto de estudo da

administração, a organização e suas relações. Evidenciando uma atitude pós-moderna de rearranjo do conhecimento com o intuito criativo.

Diante do exposto, não se pode falar ainda que a administração seja ciência, mas a preocupação e o aprimoramento da teoria própria da Administração, com base no eixo epistemológico da reconstrução, poderão tirar a Administração do estágio pré-paradigmático - estabelecido dentro da sociologia, psicologia e economia; e elevá-la extraordinariamente para um campo teórico próprio e independente.

As limitações e sugestões podem ser argumentadas em conjunto, pois a sugestão neste caso será uma possível solução para a limitação. O presente estudo analisou apenas trabalhos do Enanpad, assim a sugestão é analisar outros tipos de produção científica: teses e dissertações e artigos em periódicos. A outra limitação do trabalho é a restrição de análise a uma única área de estudo, talvez a ampliação do estudo para a área de estratégia desse uma nova perspectiva na busca de uma teoria própria em administração.

Referências

- ALVES, R. Filosofia da ciência: introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- ARAÚJO, I.L. Introdução à filosofia da ciência. Curitiba: UFPR, 1993.
- BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 1997.
- CHALMERS, A.F. O que é ciência afinal? São Paulo: Brasiliense, 1993.
- CHIBENI, S.S. O que é ciência? Campinas: Unicamp, 2004.
- CHIBENI, S.S. As inferências causais na teoria epistemológica de Hume. In: MARTINS, R.A. et al. Filosofia e história da ciência no cone sul. ENCONTRO DA AFHIC, 5., Campinas. Anais... Campinas: AFHIC, 2008.
- CLEGG, S.R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998. p.27-57.
- GIORGI, A. Phenomenology and psychological research. Pittsburg: Duquesne University Press, 1985.
- KNELLER, G.F. A ciência como atividade humana. São Paulo: USP, 1980.
- KUHN, T.S. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- LAKATOS, I. O falseamento e a metodologia dos programas de pesquisa científica. In: _____; MUSGRAVE, A. A crítica do desenvolvimento do conhecimento. São Paulo: Cultrix, 1979, p.109-243.
- LENGLER, J.F.B.; VIEIRA, M.M.; FACHIN, R.C. Um exercício de desconstrução do conceito e da prática de segmentação de mercado inspirado em Woody Allen. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 42, n.4, p. 84-92, out./dez. 2002.
- MARTINS, G.A. Epistemologia da pesquisa em administração. IN: ENCONTRO ANUAL CLADEA – REUNIÃO DO CONSELHO DE ESCOLAS DE ADMINISTRAÇÃO. Santiago, Chile. Anais... Santiago, Chile, 1996.
- MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: a coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998. p.31-56.
- PETERS, M. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- POPPER, K.R. Conhecimento objetivo. São Paulo: EDUSP, 1975.
- QUEIROZ, N.S. A ciência organizacional pós-setenta à luz das vertentes institucionalistas da sociologia e da economia. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal da Bahia, 2004.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W.R. Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998, p.61-98.
- WEBER, M. Economia e sociedade: fundamentos de sociologia compreensiva. Brasília: UnB, 1991.
- WHITLEY, R. The intellectual and social organization of the sciences. New York: Oxford University Press, 1985.